



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
HISTÓRIA

1 HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, tem pautado as suas ações na geração, difusão e aplicação do conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular das populações na Amazônia. A partir desse princípio, o conhecimento histórico tem sido produzido visando o aproveitamento das potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão. Com o propósito de assegurar a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa foi implantado, a partir da década de 1970, o processo de interiorização da universidade para as diferentes regiões do Pará, resultante também das ações extensionistas vinculadas ao Projeto Rondon. A partir desta nova proposta de uma universidade muito mais presente no interior da Amazônia, se definiu uma proposta curricular em que os cursos passam a contribuir mais com o desenvolvimento social de cada região paraense. O Campus Universitário de Ananindeua criado pela resolução Nº 717 de 12 de agosto de 2012 e localizado na cidade de Ananindeua, envolvido também neste processo de interiorização, surge com o objetivo de proporcionar o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de cursos de graduação e pós-graduação, regulares e intervalares. Com a proposta do governo federal de expandir as vagas do Ensino Superior através da reestruturação das universidades públicas, a administração local em consonância com a administração superior, resolveu implantar entre os novos cursos, o de História. Isto por entender que a região a ser atendida pelo novo curso, possui uma demanda de professores que necessitam assegurar a formação em nível de graduação em História, e também por esta região ser portadora de um rico patrimônio histórico que se encontra expresso nas construções, no acervo documental e na apropriação oral e simbólica das populações locais. A criação do Curso de História está relacionada às ações de pactuação estabelecida entre o Ministério de Educação do Brasil e a Universidade

Federal do Pará para garantia da expansão do ensino superior no Estado. Além de garantir a formação com qualidade de professores da rede pública, privada e conveniadas, têm o propósito ainda de articular os diversos espaços de guarda da memória histórica de constituição da região e da própria Amazônia. Como espaço acadêmico e de ensino superior expressa a possibilidade de explorar os acervos históricos disponíveis na região, garantir a sua sistematização e difundir para a comunidade os resultados de pesquisas. Neste aspecto, este projeto pedagógico, estruturado de acordo com as normas vigentes e elaborado por uma comissão formada pela coordenação e professores do Campus de Ananindeua, e debatido com a comunidade acadêmica, apresenta as matrizes curriculares e aspectos formativos do Curso de História. Tem como eixo norteador a interlocução entre pesquisadores e comunidade de forma que a produção acadêmica ao mesmo tempo em que responda a uma demanda social, que possibilite, entre outras questões relevantes, o conhecimento histórico dos grupos sociais estabelecidos na região Metropolitana de Belém, como também o modo de vida desses grupos, que ajudam a compreender a História da Amazônia e do Brasil; inserindo a história dessas comunidades no circuito da historiografia brasileira e internacional.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A política de massificação do ensino de base nos anos de 1930 e 1940 foi acompanhada da ampliação do então chamado ensino ginasial e secundarista. Com este aumento nasceu a necessidade de formar regularmente mais professores para atuar em atividades específicas, como o ensino de História. Neste contexto surgiu no Pará um curso de graduação em História e Geografia, implantado em 1955, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, depois incorporado à Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1957. Três anos após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará foi implantada a Universidade do Pará. Somente no ano de 1961 ocorreu o desmembramento para dois cursos distintos, sendo que o Curso de História surgia com a proposta de ampliar o número de vagas e formar alunos para o ensino e pesquisa.

No Campus Universitário de Ananindeua a proposta de criação do Curso de História está associada implantação do Centro de Documentação da UFPA. Trata-se de um espaço de promoção e integração de estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sociocultural da ciência na Amazônia, em especial registros e informações que evoquem a história da UFPA. O Centro se propõe ainda em constituir como

espaço de guarda de acervos documentais, restauração, organização, conservação e divulgação, com o propósito de desenvolver atividades para a Educação Básica e Superior relativas à discussão da memória histórica e sociocultural da ciência na Amazônia e a História da Universidade Federal do Pará. A construção do prédio do Centro de Documentação está prevista para ser concluída em 2019, quando o Campus de Ananindeua passará a funcionar no Polo Universitário da Granja do Icuí.

A dinâmica peculiar da região metropolitana de Belém, que inclui os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Benfica e Santa Isabel, constituindo o maior centro populoso do Estado do Pará (IBGE, 2010), por si só justifica a criação de um Curso de Licenciatura em História que possibilite o desenvolvimento de pesquisas que expliquem a constituição histórica da região e o consequente processo formador deste espaço. Soma-se, no entanto, a necessidade de formação de professores de História para atuarem na Educação Básica. Trata-se de uma demanda que precisa ser atendida, pois parte dos professores que atuam na região não estão habilitados especificamente para trabalhar com a disciplina de História. Embora o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) atue na região metropolitana de Belém, ela atende à qualificação de professores que atuam na Educação Básica, o que exclui os alunos egressos do Ensino Médio. Segundo o Relatório do Censo do Ensino Superior (INEP, 2015), a região metropolitana de Belém é responsável por 85.493 matrículas em cursos presenciais, distribuídos entre as 21 IES que oferecem cursos presenciais. O que é um dado muito relevante, quando se percebe que no Estado do Pará atuam 34 IES e só a região Metropolitana de Belém foi responsável por 68% das matrículas realizadas no ano de 2013.

Com uma área que compreende 3.566.22 Km², a Região Metropolitana de Belém, em que o Curso de História atenderá, é formada por 2.581.661 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2014 do IBGE. Também conhecida como Grande Belém é a 13^a área metropolitana mais populosa do Brasil, além de ser a mais populosa do Norte do Brasil. Esta situação tem produzido espaços de grande interesse e convergência nas aglomerações, articulando a população ribeirinha e de vilas rurais à margem de estradas e ramais com a população urbana, com isso ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas então peculiares a esses grupos.

Constituído de cidades resultantes de ocupações que remetem a segunda metade do século XIX, sendo alguns núcleos de povoamento organizados na segunda metade do século XX, a região é, pois, portadora de um rico patrimônio histórico, preservado na memória dos primeiros ocupantes, ou da constituição de construções que remetem anos iniciais de formação. Nestas cidades e nas centenas de povoados e vilarejos que formam esses

municípios, têm sido preservados aspectos materiais e imateriais que precisam ser estudados. A conformação urbana dos traçados das ruas, a sua posição em relação às estradas e os rios, a substituição da floresta pelo cultivo e pecuária, as praças e passeios públicos, os casarões e as igrejas são alguns espaços que registram a história de constituição da Grande Belém. No caso do patrimônio imaterial registram-se a apropriação oral e simbólica das populações locais, as festas religiosas e não religiosas, as danças e músicas que permeiam o universo cultural das populações locais e que precisam de uma análise histórica capaz de assegurar a preservação e divulgação de aspectos da cultura popular.

Mesmo tratando-se de uma área metropolitana, a presença de diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas registradas na região exigem atenção dos estudos históricos. Decifrar a existência e a trajetória dessas comunidades, como chegou à região e nos lugares que hoje se encontram, os tipos de cultivo, a relação que estabelecem com a floresta e os rios de onde retiram parte de sua sobrevivência, a presença da estrada que marca do desenvolvimento econômico da região, os conflitos em torno da ocupação de lotes urbanos como estratégia de permanecer no espaço das cidades, a relação entre as comunidades rurais e a cidade, assim como as lutas empreendidas para permanência na terra são algumas questões que devem ser analisadas quando da consulta aos documentos históricos, das observações, da constituição de pesquisa oral e da cartografia. Nesse caso, estas comunidades poderão servir como espaço para a dinamização do processo de pesquisa, bem como a socialização da aprendizagem desenvolvida ao longo do curso, constituindo assim num campo para atividade de pesquisa e extensão.

A criação do Curso de História, além de garantir a formação com qualidade de professores da rede pública, privada e conveniadas, tem o propósito ainda de articular os diversos espaços de guarda da memória histórica de constituição da região e da própria Amazônia, com o espaço acadêmico e de ensino superior, de forma a explorar o acervo histórico, garantir a sua sistematização e difundir para a comunidade. Com o Curso, assegura-se a ampliação da formação de professores, articula-se a implantação do Centro de Documentação da UFPA com o espaço de formação em graduação que permite a construção de propostas de pesquisa e ensino que se utilizam dos registros documentais sobre a guarda do Centro e insere-se a história dessas comunidades e populações da Região Metropolitana de Belém no circuito dos estudos historiográficos.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 50

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.75 ano(s)

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular e Paralela

Carga Horária Total: 3200 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Intensivo ; Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A orientação do curso tem como pressuposto a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entendendo-se que esse tripé só adquire significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes no tecido social. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, e em condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai

desenvolver seu trabalho ao lidar com o conhecimento histórico. Acreditamos que é importante caminharmos no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa, ensino e extensão.

Este PPP apresenta uma concepção de educação que visa proporcionar condições de exequibilidade para o pleno exercício da liberdade no processo ensino-aprendizagem, bem como o convívio com o pluralismo de ideias e o consequente apreço pela tolerância, elementos que, inclusive, servem de base para legislação brasileira. Também privilegia as dimensões da construção do conhecimento para além da realidade escolar ou acadêmica, estabelecendo articulações entre o processo de ensino-aprendizagem com a realidade extra escolar, vinculando a educação formal com o universo o trabalho e das práticas sociais. Toma-se o professor de história como profissional da educação e de sua ciência de referência que, cuja tarefa principal é a de cuidar das atribuições peculiares ao ensino-aprendizagem dos alunos, a partir dos princípios de respeito e compreensão das diversidades socioculturais. Nesse sentido, o ensino de História se coloca como indispensável para construção e exercício de cidadania.

Como fundamento para atuação do profissional de História, privilegiou-se a formação para o domínio do conhecimento histórico e as práticas essenciais para a produção historiográfica e sua difusão, nos processos de ensino-aprendizagem, em espaços formais e não formais de ensino. Isso implica no desenvolvimento da capacidade de reflexão analítica e crítica, a partir de posturas de diálogos e construção de conhecimentos em conjunto com outras áreas disciplinares, como recurso para percepção e ação junto as demandas sociais contemporâneas, especialmente em relação ao trabalho docente em seus diversos níveis de ensino, além da preservação do patrimônio e outros contextos de atuação nos quais os profissionais de história são cada vez mais requisitados. A formação do profissional de História é compreendida aqui como um processo contínuo, autônomo e permanente.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do curso é formar professores de História para atuar na Educação Básica (ensinos Fundamental e Médio) e em espaços não-formais de ensino. Isso implica compreender diferentes concepções teórico-metodológicas que permitam referenciar a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas, articulando as novas tecnologias para o desenvolvimento de práticas voltadas para o ensino-aprendizagem nesses

espaços. Essa articulação de saberes permite observar a formação do licenciado em História como um processo formativo que é contínuo, permanente e em constante transformação diante a reflexão de sua prática docente e a realidade social onde irá atuar.

O licenciado em História é o profissional que trabalha como docente em instituições de ensino, além de exercer atividades relativas à produção e avaliação de programas e materiais didáticos voltados para a educação básica em suas diferentes modalidades. A formação do licenciado em História visa apresentar uma sólida formação cognitiva que articule temáticas interdisciplinares. Além dessas premissas, apresenta ainda uma consistente competência técnica para desenvolver ações relativas à elaboração e execução de pesquisas educacionais em instituições públicas e privadas.

Objetivos Específicos:

- Proporcionar experiências de pesquisa, possibilitando aos discentes desenvolverem projetos e construir conhecimento novo e de qualidade articulando as novas tecnologias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

- Formar professores capazes de utilizar, de forma competente, os recursos didáticos, para transformar a sala de aula num ambiente mais inclusivo onde se constrói e se reconstrói o conhecimento;

- Oportunizar ao aluno conhecimentos que possibilitem uma visão ampla, crítica, reflexiva e questionadora acerca dos assuntos trabalhados durante o curso;

- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço, de forma que estas competências orientem a construção de práticas de ensino de história que venham assegurar a formação do professor.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em História necessita superar a dicotomia entre o ensino e pesquisa, divisão inócua que não atende as necessidades do mundo atual, mobilizando o processo de ensino e aprendizagem para viabilizar práticas educativas que contemplem a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. O profissional de História encontra atualmente várias possibilidades de atuação, em diferentes setores da sociedade que articulam a construção de conhecimentos sobre a dimensão temporal. É, portanto, um profissional que requer um conjunto de saberes complexos e diversificados, que mobilizam necessariamente elementos

didático-pedagógicos, das questões específicas da disseminação do saber histórico e das demandas próprias do contexto nacional. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem se coloca necessariamente como procedimento investigativo.

Com atuação privilegiada no espaço escolar, o Licenciado em História se coloca como o docente que media e viabiliza a construção do conhecimento histórico escolar, mobilizando elementos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos para planejar, fundamentar as bases das escolhas curriculares, com a seleção e organização de conteúdos, construir práticas de ensino que oportunizem uma diversidade de competências e habilidades, fomentando atividades de diferentes procedimentos e construir ferramentas de avaliação sobre os objetivos de ensino traçados, no sentido de formar um aluno capacitado para atuar criticamente no mundo, agregando também recursos pedagógicos para uma prática docente de inclusão.

Sua atribuição central é, portanto, a docência na Educação Básica. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais e ambientes virtuais de aprendizagem. Realiza ainda pesquisas em Ensino de História, coordena e supervisiona equipes de trabalho, o que torna necessário o domínio dos fundamentos da Educação para que possa atuar de forma articulada com outras áreas de conhecimento, possibilitando atividades interdisciplinares ao longo de sua formação. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. O Licenciado em História deverá estar capacitado ao exercício docente, sabendo transitar entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar, além das práticas essenciais de sua produção e difusão no contexto escolar.

Ao profissional de História caberá, com postura crítica e autonomia intelectual, problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento, seja em termos historiográficos, da cultura escolar ou da cultura histórica de modo geral.. Nesse aspecto, a atuação no magistério deve ser concebida como uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Da docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, a fim de poder promover junto com seus interlocutores a análise da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e aprimoramento do próprio ensino. Assim estaríamos firmando o tripé ensino, pesquisa e extensão demandada pela universidade pública. Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a re-elaboração crítica e teórica dos conteúdos

ministrados e a desconstrução e desnaturalização dos saberes construídos e legitimados por diferentes lugares sociais interessados.

O modelo de formação está acompanhado de ações como pesquisador, o que possibilita, neste aspecto, diminuir as distâncias que há entre as práticas e os saberes históricos produzidos e debatidos no espaço da Universidade e aqueles ensinados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e mediador do conhecimento histórico, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do profissional de história. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-metodológica articulada com as práticas de professor-pesquisador.

4.4 COMPETÊNCIAS

De acordo com os objetivos do curso, com o perfil do profissional a ser formado e com o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos, dentre eles História, espera-se que o graduado em História possa desenvolver as seguintes competências:

A) Gerais

- Dominar as diferentes concepções metodológicas específicas e pedagógicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;
- Domínio dos conteúdos básicos, dos fundamentos, métodos e técnicas pedagógicas, que são objeto de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis de ensino que permitem a construção do conhecimento histórico e a atuação na gestão e organização das instituições da Educação Básica;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento que permitam análises interdisciplinares sobre a sua atuação docente;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito

acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;

- competência na elaboração e utilização de novas tecnologias aplicadas ao ofício do historiador.

B) Específicas para licenciatura

- Conhecer as especificidades sócio educacionais, sua estrutura organizacional, a fim de viabilizar junto com seus interlocutores a análise histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e potencializações do processo de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver uma reflexão sistemática entre a produção do conhecimento e a experiência didática, o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar;
- Reconhecer diferentes concepções sobre os temas próprios da docência, tais como currículo, apropriações e práticas didáticas, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão escolar e de classe, interação coletiva, avaliação de situações didáticas e da aprendizagem dos estudantes, relação professor-aluno;
- Respeitar e Valorizar o Patrimônio Histórico Cultural Regional e Nacional, reconhecendo a importância da salvaguarda dos Acervos Documentais e Bens Culturais;
- Desenvolver a produção e a resignificação do conhecimento não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação e guarda de acervos e no envolvimento com políticas de educação patrimonial;
- Atuar de forma flexível e inovadora, que possibilite criticar e usar da criatividade para compor procedimentos educacionais que contemplem a diversidade social e cultural.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O curso de Licenciatura em História baseia-se em procedimentos metodológicos, os quais focalizam a aprendizagem do aluno de maneira libertadora, crítica e criativa, uma vez que a intenção não é formar profissionais que são meramente receptores de conhecimento, pelo contrário, o que se pretende é contribuir para que os alunos sejam co-participantes no processo de ensino aprendizagem, para que eles façam parte de uma relação tríade: aluno, professor e o conhecimento. Nesse contexto, o professor é visto como um mediador, contribuindo, a partir de elementos didático-pedagógicos e teórico-metodológicos da ciência de referência e dos fundamentos da educação, para que o aluno construa conhecimentos.

Nesse sentido, é fundamental que o docente saiba articular e mobilizar os saberes históricos aos temas transversais para que o aluno se perceba sujeito de sua formação e que possa refletir sobre a sua realidade e o seu papel social, ou seja, pensar a educação para a emancipação. Para isso, faz-se necessário trabalhar de forma interdisciplinar, ou seja, proporcionar a integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento, relacionando teoria e prática, integrando os conhecimentos que fazem parte da realidade dos alunos com a teoria, para que eles possam ter uma melhor compreensão dos processos de construção de sentidos e do mundo. Portanto, é de suma importância que o professor procure articular os saberes históricos aos temas transversais propostos, dialogando com seus alunos no sentido de suscitar o interesse, compreensão e respeito pela diversidade. Para tanto, as atividades curriculares primam pela inclusão dos temas transversais nos debates e nas ações educativas previstas para o curso, em que articulam aos componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos às noções e debates relativos à educação e direitos humanos, às políticas de educação ambiental, à educação e as relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e indígenas. Ressalta-se que além dessas questões serem tratadas de forma transversal ao currículo, o Curso de História oferta alguns desses temas transversais em forma de disciplinas para que o discente possa articular e mobilizar esses saberes num movimento interdisciplinar e voltado para o respeito à diversidade nas suas diferentes manifestações.

Além do princípio libertador, crítico e criativo da interdisciplinaridade, do diálogo, da relação teoria e prática, outro princípio metodológico importante é a pesquisa, pois através dela os alunos serão incentivados a ir em busca de novos conhecimentos, a criar, estudar conceitos e fundamentos pedagógicos que os possibilitem intervir na realidade, ou seja, a promover ações extensionistas, não como mera prestação de serviços à comunidade, mas como componente essencial de formação dos alunos, em que eles possam elaborar e executar projetos educacionais em diversas instituições de ensino. Para além dessa vivência docente no espaço escolar, as atividades curriculares do campo educacional suscitam uma melhor compreensão sobre o papel do educador, como também lhe dá suporte para exercer atividades relativas à gestão educacional dos sistemas educativos de ensino.

Para contribuir com a formação dos alunos, outro componente metodológico importante é a adoção de pluralismos de espaços e estratégias de ensino, isto é, possibilitar e incentivar os alunos a participarem de eventos culturais, científicos, acadêmicos, bem como o envolvimento com projetos educacionais que englobem as comunidades próximas à universidade, trabalho com monitoria nas escolas de Educação Básica e na participação em grupos de pesquisa que debatam sobre os processos de ensino-aprendizagem e

sociabilização, bem como elaborem ações voltadas para a formação continuada dos docentes.

Quanto às estratégias metodológicas, além da aula expositiva dialogada, os professores podem propor aos alunos trabalhos individuais e em grupo, que contem com a proposição e execução de projetos educacionais e incluam o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação; seminários e outras atividades e estratégias didático-pedagógicas a critério do professor, a fim de incentivar os alunos a participarem ativamente do processo de ensino aprendizagem, assim como ações combinadas com as escolas de educação básica para proporcionar aos graduandos a experiência docente em diferentes áreas do campo educacional. Relacionado a isso, os princípios avaliativos são essenciais para o processo de aprendizagem dos alunos, mas ela não pode ser entendida como mero instrumento de constatação de resultados, pelo contrário, defendemos uma avaliação que seja formativa, ou seja, a avaliação do que o aluno realmente aprendeu e do que precisa aprender, explorando múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação, tais como: provas, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisa, entre outros, haja vista que dessa forma é possível avaliar os alunos de diversos ângulos. Além disso, é necessário avaliar a participação dos alunos em múltiplas dimensões da vida acadêmica, como por exemplo, em eventos científicos, culturais, monitoria, entre outros.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

As atividades curriculares estão organizadas, de acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura), aponta como elementos essenciais para Formação inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior, no seu artigo 12 o estabelecimento de três núcleos apresentados de acordo com a distribuição a seguir:

I) **NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL (1.770 horas):** Este núcleo visa fornecer a formação teórica dos discentes, com disciplinas que abordem os princípios filosóficos, éticos e sociológicos do fazer docente. Para a plena atuação profissional, incluem-se os conteúdos específicos e os conhecimentos pedagógicos, priorizados pelo projeto pedagógico das instituições em sintonia com os sistemas de ensino e articuladas à realidade educacional. As componentes curriculares serão agregados às atividades que envolvem o trabalho docente da Educação Básica de forma interdisciplinar e que articulem

os processos de ensino e aprendizagem envolvendo a observação, a pesquisa e o planejamento dos processos educativos, bem como a elaboração de recursos e materiais didáticos, acompanhando os trabalhos desenvolvidos de modo a adquirir a experiência de que trata a diretriz elaborada para a formação docente. Está dividido em três áreas: Formação Pedagógica, Fundamentos da Educação e Prática de Pesquisa.

II) NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (1.230 horas): Este núcleo visa fornecer ao aluno os conhecimentos básicos e fundamentais para o bom entendimento do conhecimento histórico e de seus princípios norteadores interdisciplinares e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Corresponde aos conteúdos histórico e historiográficos, bem como os conhecimentos pedagógicos e fundamentos da Educação que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais. Está dividido em duas áreas: História e Sociedade e Teoria e Metodologia da História.

III) NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (200 horas): Este núcleo garante ao aluno a experiência do exercício profissional em ambientes escolares, museus, arquivos históricos e documentais, entre outros espaços que necessitem da atuação do profissional de história visando ampliar e fortalecer atitudes éticas, conhecimentos e competências. Além disso, correspondem as atividades que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio. Visa garantir ao aluno a diversificação do conhecimento através de atividades complementares ao currículo. Ações independentes realizadas pelos alunos serão computadas para creditar as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais, de caráter complementar, que configuram esse núcleo, garantindo o princípio da flexibilidade proposto pela instituição. Estas atividades podem ser disciplinas optativas ofertadas pela faculdade de História ou de outros cursos que apresentem área de interesse afim; monitorias, estágios de caráter não-obrigatório em instituições públicas ou privadas, que estejam ligados ao saberes históricos e/ou pedagógicos, participação em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão, participação em eventos científicos, etc. Para o enriquecimento curricular, é evidente aí, principalmente entre os dois primeiros núcleos, as articulações entre os saberes específicos e os didático-pedagógicos no sentido de recompor as Licenciaturas.

O Curso de Licenciatura em História também apresenta uma proposta curricular de apresentar os temas transversais ao longo do currículo de forma permanente e integrada as outras atividades de ensino. Essas temáticas abordam os aspectos relacionados à Educação

Ambiental, Ensino das Relações Étnico-Raciais e à Educação em Direitos Humanos durante a formação dos estudantes, como segue:

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei nº9.795/1999 e Decreto nº4.281/2002): Conhecimentos referentes à dimensão ambiental, dos processos socioculturais da humanidade, colocaram-se como elementos de destaque no currículo do Curso, no sentido de abordar os conhecimentos e as escolhas sociais, bem como os valores e atitudes referentes à ética das relações homem-natureza e das relações entre os sujeitos. Os conteúdos educativos presentes no Curso de Licenciatura em História articulam natureza, história e conhecimento, além de valores e atitudes como respeito, responsabilidade e compromisso. Ela deve ser compreendida como uma dimensão da educação, como atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, objetivando potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. O Curso desenvolverá atividades curriculares como, Ensino de História e Educação Ambiental, Sociedades coloniais na Amazônia, História da Amazônia Oitocentista e História da Amazônia Contemporânea de maneira que capacite os alunos para a proposição e elaboração de materiais didáticos, além das Atividades Complementares associadas à eventos acadêmicos, para mediar à interação dos sujeitos com seu meio natural e social, além de atividades de extensão que abordem ações de gestão ambiental-ecológica e práticas educativas em que essas questões sejam tratadas de forma articulada aos espaços sociais e às vivências profissionais dos alunos. O Curso já desenvolve atividades de iniciação científica e de extensão em que se abordam essas questões.

- ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL (Lei nº 11.645/2008 e resolução CNE/CP nº01/2004): O subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais embota o fomento de ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, visto que difunde a explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas. Para superar essa problemática, o Curso desenvolverá ações com o intuito de construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre a diversidade étnico-racial, além de incluir os conteúdos referentes à educação dessa temática nos componentes curriculares, articulando-as à pesquisa e à extensão. O Curso desenvolve projetos de iniciação científica e atividades de extensão em que são abordadas essas questões através de análise de materiais didáticos e debates de filmes que abordam essas questões. Articular-se-á os conteúdos das disciplinas de Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, Ensino de História e relações étnico-raciais, Ensino de História das Comunidades tradicionais e indígenas e História dos Povos Indígenas como forma de

instrumentalizar os discentes para a proposição e elaboração de materiais didáticos e de divulgação, no quais abordem o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, além das Atividades Complementares associadas à eventos, discutindo a participação de populações indígenas e quilombolas no processo de constituição do espaço e da paisagem amazônica, espaço aglutinador de experiências de grupos étnico-raciais de matriz africana e indígena.

- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (CNE/CP nº 01/2012): Contribuir na sensibilização para a causa dos Direitos Humanos é um dos propósitos do Curso de Licenciatura em História. Pensar na construção de atividades curriculares pautadas pelo coletivismo, reflexão crítica da realidade, privilegiando a participação ativa e a constante interação entre a teoria e a prática, assegurando o princípio da solidariedade, do respeito ao ser humano e os valores sociais e coletivos. As Atividades Curriculares História Contemporânea, História do Brasil Colonial, Sociedades coloniais nas Américas, História Do Brasil Imperial, História do Brasil Republicano, História do Tempo Presente e História do Tempo Presente Brasileiro, possibilitam a instrumentalização, proposição e elaboração de recursos didático-pedagógicos para a divulgação dessa temática no ambiente escolar e na comunidade. Para consolidar essas ações, a oferta de Atividades Complementares associadas à eventos foram apresentadas para construir uma pedagogia crítica e não de resignação frente aos problemas postos na contemporaneidade.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado em um dos campos do conhecimento histórico, a partir do 6º período letivo, nos cursos ofertados no período diurno, e no 7º período, nos cursos ofertados no período noturno, e de acordo com a proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Deve ser elaborado individualmente, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho do Curso. Esta atividade curricular será desenvolvida em 90 horas (teoria e prática). O Trabalho de Conclusão de Curso será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será organizada durante o período letivo, sendo que a composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do trabalho, em acordo com o discente. O Trabalho de Conclusão de Curso será orientado por docente do Curso de História do Campus Universitário de Ananindeua (UFPA)

devidamente credenciado pelo Conselho do Curso e vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. A critério do Conselho do Curso poderá ser aceita orientação do trabalho por profissional externo à instituição.

Ao final da disciplina Projeto de Conclusão de Curso (integralizada em 90 horas), o orientador e o discente deverão submeter o produto final da disciplina para análise e parecer de outro docente, a ser designado por ambos e atendendo aos critérios de interesse e afinidade temática. A versão final do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue ao Conselho do Curso em meio eletrônico e um exemplar impresso para fins de arquivo. No caso de impossibilidade técnica de ser apresentado exemplar convencional impresso, poderá ser entregue memorial descritivo e registro fotográfico ou midiático da obra.

Com o objetivo de orientar professores e alunos sobre os procedimentos para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a Faculdade de História apresentará uma resolução específica que atenderá aos casos não incluídos nesse projeto, bem como as normas e procedimentos para o seu desenvolvimento e conclusão.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado Docente de formação profissional é uma das atribuições da Coordenação de Estágio Docente da Faculdade de História. Essa coordenação de estágio conta com um coordenador e vice que atuam na elaboração de acordos e atribuições relativas à política de estágio. Os docentes da faculdade responsáveis pela coordenação do estágio poderão alocar até 10 horas da sua carga horária para essa competência, segundo estabelecido no artigo 13 da Resolução 407/2010 desta Universidade. Essa coordenação disponibiliza uma resolução de Estágio que servirá para orientar professores e alunos sobre os procedimentos a serem executados nos estágio docente como disciplina da matriz curricular do curso, bem como nos estágios não obrigatórios desenvolvidos pelos alunos.

O Estágio Supervisionado Docente compreenderá o total de 480 horas, distribuídas em quatro componentes curriculares e será desenvolvido a partir do 5º semestre, 3º ano do Curso de acordo com as ementas e a legislação em vigor. O Estágio Supervisionado está caracterizado e desenvolvido como uma atividade curricular do curso com carga horária de 120 horas a serem vivenciadas no espaço escolar. As etapas destinadas à execução das atividades do estágio docente compreenderão inicialmente na elaboração de projetos de pesquisa voltados às problemáticas do ensino percebidos durante a vivência dos discentes nas escolas-campo de estágio em diferentes modalidades de educação, a saber: ensino

fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação escolar quilombola. Essa vivência oportunizará aos discentes as implicações pedagógicas e administrativas referentes ao espaço escolar, além de observar outras ações atinentes ao exercício da profissão docente como a gestão educacional dos sistemas de ensino. Posterior a essa observação serão elaboradas as atividades de intervenção e regência planejadas e desenvolvidas pelos alunos com a orientação e acompanhamento do professor responsável pela disciplina. Este docente apresentará as fichas e os formulários de acompanhamento e avaliação para o exercício das atividades nas escolas-campo, elas contemplarão também os critérios de avaliação e aprovação desse discente.

As atividades desenvolvidas no estágio docente devem sinalizar para o caráter investigativo e reflexivo, reforçando o entendimento de que a prática docente não é uma simples reprodução ou vulgarização do conhecimento, mas sim, diálogo constante entre conhecimento específico, teorias da história e o fazer pedagógico e atuação do profissional em História, num processo constante de diálogo entre saberes e práticas. Nesse caso, entendemos que o estágio supervisionado consiste em desenvolver saberes e práticas em relação ao contexto escolar e outros espaços de atuação do profissional de história, fazendo com que estes saberes e práticas, devidamente contextualizados, se internalizem nos graduandos, de modo que possam se transformar, de fato, em saberes da experiência.

Este processo dinâmico, complexo e subjetivo, é o que deverá caracterizar o percurso da formação de professores de História. Geralmente este conjunto de saberes e práticas, situados na Universidade, se encontram isolados do contexto escolar e outros locais de atuação do historiador como museus, arquivos históricos e documentais, de modo que o desafio do que tem se denominado relação teoria e prática é oportunizar o desenvolvimento deste processo complexo de transformação dos saberes acadêmicos em práticas docentes. Por isso os conteúdos e práticas desenvolvidos nas disciplinas, tanto específicas quanto ditas pedagógicas, que focam especialmente o ensino e prática de historiador, devem se relacionar com o contexto dos espaços de atuação do profissional de História; pois, entendemos que o exercício efetivo da docência se constitui como resultado de um conjunto de saberes e práticas, que se colocam em ação de maneira dinâmica e contextual.

As ações básicas previstas para o estágio supervisionado docente de História são essencialmente de inserção no exercício da docência nos níveis de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Indígena e Comunidades Tradicionais. No caso, serão utilizadas como espaços de estágio as escolas públicas das localidades em que o curso está sendo aplicado. Estas atividades podem dividir-se em um período prévio de observação, reconhecimento, planejamento, organização e práticas docentes e como pesquisador no

espaço escolar. Nesse caso, corresponde ao momento do professor-pesquisador colocar em prática as técnicas apreendidas, de levar as discussões da nova produção histórica e de sua pesquisa. O resultado do estágio docente será apresentado por meio de um relatório final concernente às atividades realizadas e às propostas pedagógicas desenvolvidas. Ele deverá ser entregue em duas vias, a primeira para a Faculdade de História onde ficará arquivado; a segunda será apresentada à escola-campo onde o estágio foi executado. Essa é uma forma de retorno à comunidade sobre as atividades desenvolvidas pelos discentes da Universidade. Em alguns casos específicos, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos em forma de oficinas, mini-cursos, laboratórios, e em outros espaços educativos, desde que atenda ao caráter pedagógico da relação específica de atividade de ensino e carga horária estabelecida.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) constituem um conjunto de atividades complementares obrigatórias, para além das atividades curriculares oferecidas em termos de componentes curriculares específicos, que têm como objetivo estimular a construção de uma cultura acadêmica, pautada a partir da inserção da tríade que forma a própria Universidade: ensino, pesquisa e extensão. O intuito é propiciar o enriquecimento curricular dos discentes, com o aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas no decorrer da graduação por meio de estudos e práticas independentes e presenciais, fomentando sua autonomia intelectual e a formação geral.

Ao final do curso, os discentes precisam cumprir a carga horária de 200 horas de AACCs, contemplando de forma equilibrada as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. É importante destacar que mesmo não apresentando o caráter de disciplina curricular, não impondo, portanto, a reprovação do aluno, o não cumprimento da carga horária total (200h) ao final do curso, implica a não conclusão do mesmo.

A contabilização da carga horária destinada para esses eventos e atividades acadêmicas será apresentada por meio de resolução interna do Curso de Licenciatura em História e será creditada anualmente junto à secretaria do Curso, efetuados sob a responsabilidade de um professor a ser designado pelo colegiado do curso, respeitando o regimento pertinente estabelecido.

Como exemplos de AACCs citamos: atividades ligadas à formação, como bolsas de pesquisa

e iniciação à docência, programas, projetos ou iniciativas ligadas as ações de pesquisa, ensino e extensão efetivados no âmbito da UFPA, inclusive na condição de voluntário, estágios não-obrigatórios, participação em eventos acadêmicos-científicos pertinentes à área afim do curso, em condições diversas como ouvintes, membro de comissão organizadora, apresentador de painel ou de trabalhos em simpósios temáticos, etc., publicação de livros, de resenhas ou de artigos científicos em anais de eventos ou revistas acadêmicas, entre outras. Dentro dessas 200 horas de atividades, o aluno deverá cursar 120 horas em disciplinas optativas para a integralização do curso.

O que se busca com essas ações é articular diferentes experiências profissionais no espaço de atuação do historiador, através da mobilização das atividades docentes adquiridas durante o curso. Essas atividades serão capazes de articular as competências docentes por meio da elaboração de projetos de ensino voltados para a sua aplicação nas escolas da rede de ensino formal na educação básica. A vivência em diferentes lugares, para além do âmbito da sala de aula, permitirá aos alunos do Curso de História articular o seu conhecimento histórico ao desenvolvimento e elaboração de projetos e programas educacionais. Bem como a sua participação em mini-cursos, oficinas, seminários e congressos, ações vinculadas à iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão, da intervenção metodológica em espaços de ensino e da monitoria que também estarão voltadas para a identificação de problemas socioculturais e educacionais como o intuito de utilizar esses instrumentos para a organização do trabalho educativo, bem como, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Como posto acima, essas atividades serão normalizadas e cumpridas ao longo do percurso curricular.

Além disso, para atender aos princípios de flexibilização e inovação deste PPC, estão previstas a inserção de duas componentes curriculares optativas (120 horas), aos quais, ao longo do período da graduação, os alunos terão necessariamente que cumprir para a conclusão da Licenciatura em História. Para isso, foi constituída uma série de disciplinas complementares, atendendo os diferentes Núcleos e respectivos desdobramentos (Teoria e Metodologia; História e Historiografia; Ensino de História).

Compreendemos que os esforços em trazer a reflexão sobre a Ciência de referência articuladas, em todos os componentes curriculares, observando as especificidades temáticas, com as dimensões didático-pedagógicas se colocam como questão estratégica para se problematizar e reconfigurar as Licenciaturas na contemporaneidade, como parece ser a intenção dos documentos oficiais e das reflexões travadas a partir do campo da História e da Pedagogia mais contemporâneos.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Curso tem como princípio formador a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão, uma vez que se entende que estes só adquirem significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes na sociedade. Nesse caso, fica evidente a necessidade de não estabelecer uma divisão na formação do profissional que vai atuar nas escolas e aqueles que se encaminham exclusivamente para áreas de pesquisa. Pensando nisso, o Curso de Licenciatura em História destinou a carga horária da prática como componente curricular para a execução de atividades pedagógicas dentro dos Componentes Curriculares tanto do Núcleo de Estudos de Formação Geral (Formação Pedagógica e Fundamentos da Educação) quanto no Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo (História e Sociedades), no sentido de articular de forma central os saberes didático-pedagógicos com a ciência de referência. Nesse sentido, todas as disciplinas das referidas dimensões (Formação Pedagógica, Fundamentos da Educação e História e Sociedade) possuem carga horária destinada a Prática como Componente Curricular, com a exceção dos Estágios Supervisionados que possuem carga horária prática própria. Privilegiou-se destinar 10 horas para 9 componentes curriculares, contabilizando 90 horas e 15 horas para 23 componentes curriculares, contabilizando 345 horas, totalizando 435 horas de prática como componente curricular da carga horária das atividades dos referidos núcleos, nas quais professor e alunos poderão instrumentalizar e vivenciar cotidianamente a prática reflexiva e os aspectos relevantes para a consolidação do processo de ensino-aprendizagem. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, e com condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho de educador ao lidar com o conhecimento histórico e a sua articulação com as disciplinas do campo educacional.

Acreditamos que é importante caminhar no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa, ensino e extensão. Neste aspecto, entendemos que os envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico ampliam as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Para que estes princípios sejam desenvolvidos é necessário construirmos um conjunto de atividades práticas que estão inclusas ao longo do curso e distribuídas ao longo das disciplinas. Para materializarmos a proposta da prática como componente curricular apontamos os exercícios das disciplinas dos Núcleos acima para a realização de atividades pedagógicas, tais como: elaboração de textos didáticos, atividades direcionadas para a análise de literaturas e mídias voltadas ao ensino de História, processos de prática pedagógica e metodologias, elaboração ou instrumentalização para criação de material didático, domínio de novas tecnologias e materiais, preparação e reflexão do conteúdo dos livros didáticos, análises de determinado conteúdo em currículos da educação, redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico. Bem como no ensino de História vinculado à espaços não formais de ensino como: museus, galerias e monumentos, como um dos instrumentos necessários de formação docente. Os produtos dessas atividades realizadas nas disciplinas serão apresentados para a comunidade durante os eventos de extensão destinados para a visualização e socialização dessas experiências. Os eventos são semestrais e fazem parte das atividades de extensão da faculdade, a saber: a Mostra de Historicidades e a Jornada de Ensino, ambas atividades vinculadas ao Laboratório de Ensino de História.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

Assim como as dimensões do ensino e da extensão, a pesquisa necessita se constituir como uma atividade progressivamente presente nos meios acadêmicos e nas atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade. Neste aspecto, estão ligadas à perspectiva de amplitude da profissionalização do futuro docente, uma vez que propiciarão oportunidades de aquisição de competências, de domínio de métodos analíticos e de habilidades para aprender e recriar permanentemente. Promovem um novo sentido à graduação que deixa de ser espaço de transmissão e de aquisição de informações para então favorecer a construção e produção do conhecimento onde o aluno atue como sujeito da aprendizagem. Além disso, oferece a oportunidade para o professor desenvolver uma postura investigativa sobre sua área de atuação ao mesmo tempo em que aprende a utilizar os procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

As atividades de pesquisa e iniciação científica estarão integradas com o ensino e a extensão e terão sua produção incentivada, organizada e coordenada pelos docentes do Curso. A pesquisa científica, sob a ótica de importância fundamental para a formação do professor, será conduzida de modo a:

- Familiarizar o aluno com os procedimentos e técnicas da investigação acadêmica;
- Desenvolver competências e habilidades para realizar pesquisas na área de conhecimento de sua especialidade, estabelecendo foco principalmente no ensino e aprendizagem;
- Sustentar a formação do professor de modo a favorecer o seu desenvolvimento profissional e dotá-lo da capacidade de manter-se atualizado;
- Assimilar os processos de pesquisa como conteúdos associados à produção historiográfica e a serem socializados aos alunos da educação.

Considerando esses princípios norteadores da política de pesquisa, propõe-se a criação de quatro linhas de pesquisa, a saber:

- a) Ensino de História, Linguagens e Memória;
- b) Práticas e Narrativas Históricas: produção, circulação e apropriação;
- c) Terra, Natureza e Populações;
- d) Cultura Histórica, Saberes Históricos e Espaço Escolar.

As linhas de pesquisas devem envolver todos os professores efetivos do Curso de História, assim como pode contar com a participação de outros de diferentes cursos do Campus de Ananindeua e outras faculdades da UFPA e também de outras instituições de ensino e pesquisa superiores. No caso, estas linhas de pesquisa visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico e construção de novas práticas de ensino, bem como fomentar a pesquisa e elaboração de monografias científicas, projetos, palestras, seminários e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso.

As Linhas de Pesquisa deste PPC foram constituídas articulando os conhecimentos específicos da ciência de referência com as dimensões didático-pedagógicas necessárias para atuação do Licenciado nos espaços escolares e ambientes não formais de ensino. É pela importância fundamental dessa característica, a construção de uma identidade curricular marcada pelo Ensino de História, implicada a todos os períodos formativos do curso de História, que se coloca a pertinência da construção e atuação do Laboratório de Ensino de História. Seu objetivo é se constituir enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento de reflexões, experimentações, práticas, metodologias e materiais didáticos inovadores voltados para o Ensino de História, a partir da inserção dos professores e dos alunos da Graduação em Licenciatura em História de Ananindeua.

Assim, pretende não apenas dar suporte às disciplinas do curso, mas sim servir como referência e ponto de culminância das inserções dos graduandos nos componentes curriculares que articulam o Ensino de História, a formação pedagógica com a área do conhecimento histórico e os Estágios Supervisionados. Bem como, surge com o potencial de despertar o interesse e a produção de pesquisas que abordem o Ensino de História e

formação nas Licenciaturas, integrando rede de profissionais e instituições interessadas, intercambiando experiências diversas. Além de estar vocacionado para o estabelecimento de relações com a Educação Básica da Região Metropolitana de Belém, podendo contribuir para formação continuada de professores. É nesse sentido que o Laboratório de Ensino de História se coloca como um pólo importante dentro da estrutura do PPC e do próprio Curso de História de Ananindeua, com potencialidade de integrar a dimensão do ensino com a pesquisa e a extensão. É uma meta da faculdade de História oportunizar aos discentes experiências relacionadas ao campo do ensino como objeto de pesquisa, bem como reforçar nos alunos a proposição de projetos de pesquisa voltados para essas temáticas e que possam ser desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação ofertados pela faculdade, tais como: a Especialização em Ensino de História e o Mestrado Profissional em Ensino de História.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de extensão e ação comunitária serão desenvolvidas em áreas de abrangência da Instituição, buscando identificar as necessidades sociais para a contextualização de seus projetos e programas e apresentam uma carga horária de 10% do total de horas ofertadas pelo curso, perfazendo o total de 320 horas para essas atividades, distribuídas e efetivadas ao longo de diferentes componentes curriculares do curso. Estarão direcionadas para intensificação e otimização do ensino e da pesquisa, proporcionando também a melhoria da qualidade de vida da população. As atividades extensionistas envolvem a participação de professores, discentes e a comunidade em ciclo de palestras, seminários, conferências, elaboração de cartilhas, elaboração de material didático, cursos e oficinas de capacitação e atualização para professores do Ensino Básico das escolas públicas e privadas do município e comunidade em geral.

A extensão integrará objetivos comuns de modo a oportunizar ao futuro professor-pesquisador o desenvolvimento de competências e habilidades para o desempenho de suas funções. Dessa forma, os alunos, sob a orientação de seus professores vivenciarão situações de forma interdisciplinar e atuarão de forma a:

- Analisar o contexto social e direcionar programas e projetos que se integrem às necessidades do momento, utilizando-se de todos os recursos que a Instituição possa disponibilizar a comunidade;
- Promover o desenvolvimento de parcerias com grupos e instituições, articulando os saberes

desenvolvidos no curso e as necessidades sociais. Nesse sentido, estarão abrindo também possibilidades para a aplicação da teoria e transposição para a sala de aula de aspectos práticos onde o graduando estará exercitando habilidades de autonomia, tomada de decisões e escolhas de procedimentos pedagógicos e de pesquisas, ainda no decorrer de sua formação. Dentro dessas perspectivas, a Faculdade de História incluiu em seu calendário acadêmico um programa e outras três projetos de extensão que visam a articulação do contexto social e as atividades didático-pedagógicas vivenciadas em sala de aula, a saber: a Jornada de Ensino de História, a Mostra de Historicidades e as Trilhas da História. O Programa de extensão Processos de Formação Docente: ações de ensino-aprendizagem em História, visa organizar e viabilizar os espaços voltados para a interação dos saberes construídos durante as discussões acadêmicas e os que serão utilizados para a execução pedagógica desse saber como elemento de formação docente. O programa compreende duas atividades complementares e voltadas para a qualificação dos discentes, o atendimento e acompanhamento contínuo dos alunos da educação básica, assim como a elaboração de recursos didáticos e a apresentação de filmes e documentários para debater a temática do ensino das relações étnico-raciais, essa atividade se destina aos professores da rede pública de ensino e demais interessados na discussão.

A Jornada e a Mostra são eventos que fazem parte do planejamento da faculdade e visam apresentar o produto das atividades didáticas relativas à prática pedagógica das disciplinas que os alunos desenvolvem durante o semestre e contam ainda com debates e apresentações de pesquisas educacionais, bem como discussões sobre pesquisas e atividades voltadas ao conhecimento histórico e à formação docente, que envolvem professores, pesquisadores e alunos de diferentes IES. O projeto de extensão Trilhas da História ocorre mensalmente e conta com a participação de professores de diferentes IES, essa ação tem como objetivo apresentar aos discentes a trajetória acadêmica dos professores e debater sobre a sua produção científica e docente. Essas atividades visam aproximar, não somente a comunidades acadêmica, como também professores e alunos da Educação Básica.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Diante do processo de inclusão social que a universidade tem adotado para receber pessoas com deficiência (PCD), a Faculdade de História contempla a disciplina LIBRAS para receber os alunos surdos. Quanto aos alunos autistas, alunos cegos ou de baixa visão e/ou outra necessidade de acompanhamento, o curso irá recorrer ao apoio da Coordenadoria de

Acessibilidade (COACCESS), que a Universidade Federal do Pará disponibiliza, para atender as demandas dos discentes e docentes, auxiliando no andamento das atividades do curso, nas formas de avaliação, frutificando na continuidade e na permanência do alunado na academia. Além desses auxílios, o Campus de Ananindeua já incluiu em seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) a compra de materiais e recursos didático-pedagógicos que possam garantir aos docentes e discentes da faculdade a execução de atividades de inclusão e acessibilidade aos prédios e demais ambientes da instituição, bem como estabelece ações e planejamentos voltados para os alunos com deficiência. Essas ações estão presentes também no PDI da UFPA e elas correspondem às políticas de acessibilidade e garantias para a eliminação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicativas e voltadas para o acesso à informação, o que possibilitam uma educação inclusiva de qualidade. Para tanto, serão propostas a elaboração de materiais e recursos didáticos voltadas para a inclusão social, além de destinar um tempo mais flexível para a realização de suas atividades discentes. Essas ações visam estabelecer um acompanhamento pedagógico contínuo e direto para que os alunos PCD's possam ser recebidos com práticas inclusivas para lidar com os termos técnicos presentes nos cursos, mas principalmente orientar e capacitar os docentes da faculdade com apoio técnico especializado para que o processo de inclusão seja positivos para toda a comunidade acadêmica.

Diante dessas políticas de acessibilidade, o Campus de Ananindeua conta ações relativas à construção de rampas de acesso, pisos táteis e banheiros adaptados. Cabe ressaltar que a aquisição de equipamentos (máquina e impressora de braile e scanner acoplados ao computador) próprios para o desenvolvimento de atividades pedagógicas para PCD já faz parte das demandas da unidade, o que atenderia também aos outros cursos de licenciaturas.

O apoio da COACCESS é central no processo de superar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação que possam de alguma maneira diminuir o desempenho acadêmico, o desenvolvimento social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e superdotação. Essa preocupação está relacionada à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), apesar de constituírem um grupo relativamente pequeno entre o corpo discente da UFPA, atrai especial atenção devido suas habilidades específicas no ato de comunicar, socializar e despertar interesse pelos conteúdos, cumprindo assim, a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Os procedimentos metodológicos empregados pelos professores deverão ser diversificados e inovadores abrangendo além das aulas expositivas dialogadas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e visitas orientadas às escolas e demais espaços não formais de ensino, tais como: museus, centros de documentação, bibliotecas, institutos de pesquisa onde possam desenvolver projetos educacionais. O planejamento das atividades curriculares será realizado no início de cada semestre letivo respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolverá professores, alunos, técnicos e coordenação do Curso. O processo de avaliação se constitui em um espaço importante para o planejamento das atividades docentes da faculdade, por esse motivo, após o semestre letivo ocorre uma avaliação das ações desenvolvidas no período, não só relativo às atividades em sala de aula, como também a realização de eventos acadêmicos e orientações em projetos de pesquisa e extensão. Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno estimulada nesses espaços de diálogo, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos para as práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional, visando à ampliação das possibilidades de autonomia profissional tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução 4399/2013 ? CONSEPE, o acompanhamento e avaliação do Curso de História será feito a partir do Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação, do qual integrará a comissão interna de avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, composta pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade de História do Campus de Ananindeua. O NDE, composto por cinco membros indicados e aprovados pelo Conselho do Curso, organizará e acompanhará os processos de avaliação dos Projetos Pedagógicos, corpo docente e discente do Curso, respeitando o calendário acadêmico da instituição.

Como um dos aspectos das diretrizes do Curso de Licenciatura em História para a formação de um profissional com autonomia e criticidade para atuar em espaços de ensino, o processo avaliativo do curso vislumbra oportunizar ações apropriadas para evitar que a avaliação se

constitua apenas em aferição de conhecimento, pois entendemos a avaliação como elemento constitutivo, orientador e reorientador do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, uma avaliação de natureza formativa sem excluir o seu caráter somativo. Nesse sentido, atividades como auto-avaliação dos discentes e docentes corroboram para esse aspecto de pensar com responsabilidade sobre a sua formação e qual profissional ambiciona se tornar, no caso dos docentes, como esse processo se articula com a ideia de um professor prático reflexivo.

Está previsto na conclusão das disciplinas a realização de análises descritivas dos resultados das avaliações discentes. Essa atividade possibilita pensar a formação e a avaliação, não só ao longo da disciplina, mas em todo o processo de formação profissional que o curso pretende capacitar, bem como as suas dimensões teóricas e práticas. Como pensado no perfil do egresso, a consolidação de uma postura crítica e de autonomia intelectual se consolida com uma visão crítica sobre a sua própria formação e a interação com a sociedade.

Caberá a Comissão Interna de Avaliação do Curso avaliar o percurso formativo de docentes, discentes e do projeto pedagógico do curso para diagnosticar e alterar aspectos que acharem pertinentes para superar a tradição de uma avaliação apenas somativa. Por isso, será adotado diversos procedimentos avaliativos, tais como: a diversificação de estratégias e instrumentos de avaliação; a inclusão de múltiplos aspectos da vida acadêmica (por isso as Atividades Complementares serão avaliadas anualmente); atividades de auto-avaliação ao longo do curso.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As avaliações dos discentes são elementos constitutivos e orientadores do processo de ensino-aprendizagem, permitindo a diversificação de estratégias e de instrumentos. As formas de avaliações a exemplo de testes, observações, produção de textos, construção de projetos, elaboração de materiais didáticos, sistematização de dados, entre outras, serão determinadas por cada professor considerando as peculiaridades do conteúdo programático de cada disciplina, respeitando as diretrizes dispostas na resolução 3633/2008-CONSEPE. O discente será avaliado em, no mínimo, três momentos no decorrer de uma disciplina. A forma de avaliação deverá ser apresentada e discutida entre os docentes e os discentes no primeiro dia de aula, e as determinações acordadas deverão ser cumpridas. O conceito final será decorrente da média, que poderá ser ponderada ou aritmética (dependendo da situação). As notas serão atribuídas considerando a seguinte pontuação: 9,0 a 10,0 Excelente (EXC);

7,0 a 8,9 Bom (BOM); 5,0 a 6,9 Regular (REG) e 0 a 4,9 Insuficiente (INS). As avaliações deverão ser contínuas através da participação em sala de aula; realizadas através de verificação formal de aprendizagem (provas escritas e práticas); por elaboração de relatórios de atividades de campo; por apresentações de seminários; por organização de mini-cursos e palestras; por elaboração de material didático; por auto-avaliação; por participação em eventos acadêmico-científicos; e por outras formas estabelecidas pelas normas superiores da UFPA. Caberá a uma Comissão composta por três professores do quadro docente da UFPA, designados pelo Conselho do Curso, dar parecer sobre discordâncias entre discentes e docentes quanto à forma de avaliação. A decisão da Comissão deverá ser acatada plenamente.

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

A avaliação do processo educativo se dará no mesmo momento e pelos mesmos instrumentos que perscrutarão o Projeto Político Pedagógico. Por meio deles, discentes, docentes e técnicos administrativos serão convocados a considerarem as estratégias didático-pedagógicas adotadas no âmbito das atividades curriculares.

A avaliação do desempenho dos alunos se dará de modo a se verificar a aquisição das competências e habilidades a serem desenvolvidas, mediante as disciplinas a ela relacionadas. Os professores farão a proposição dos instrumentos de avaliação em reunião específica para esse fim, em conformidade com as competências e habilidades associadas à disciplina, segundo o que determina o presente Projeto Político Pedagógico.

A avaliação do desempenho dos professores (considerando-se assiduidade, pontualidade, empenho, respeito às diretrizes do Projeto Político Pedagógico e demais questões relativas) se dará por meio de instrumento formulado pela Coordenadoria de Avaliação e Desempenho de Curso, aplicado aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Entendemos o processo de avaliação do projeto pedagógico em seu aspecto processual e formativo que deve se estender a todos os sujeitos envolvidos na vida acadêmica. O desenvolvimento do projeto pedagógico será avaliado semestralmente. A avaliação se dará por meio de formulário padronizado, contendo questões relativas ao desempenho do professor e da coordenação de Curso (coordenador e secretaria), planejamento e execução

das disciplinas e do bloco de disciplinas, integração entre as disciplinas do mesmo bloco e com disciplinas dos blocos de semestres anteriores, auto-avaliação e infra-estrutura. Os formulários preenchidos por docentes, discentes, técnicos e administração serão analisados pela coordenação de curso, juntamente com os professores e, posteriormente encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

Além da Coordenadoria de Avaliação e Desempenho de Curso, outra comissão foi instituída pela Faculdade de História com a finalidade de acompanhar os debates relativos ao PPC. Essas atividades são atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que acompanhará e fará a proposição de modificações, supervisão e avaliações do PPC de História, ações que estão pautadas na Resolução CONAES 01/2010.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
ADILSON JÚNIOR ISHIHARA BRITO	Doutor	Teoria da História	Dedicação Exclusiva
ALUÍSIO FERNANDES DA SILVA JUNIOR	Mestre	FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
ANNA MARIA ALVES LINHARES	Doutor	HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA	Dedicação Exclusiva
CARLOS AUGUSTO DE CASTRO BASTOS	Doutor	HISTORIA DA AMAZÔNIA	Dedicação Exclusiva
EDILZA JOANA DE OLIVEIRA FONTES	Doutor	HISTÓRIA DO BRASIL	Dedicação Exclusiva
FRANCIVALDO ALVES NUNES	Doutor	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA	Dedicação Exclusiva
SIDIANA DA CONSOLAÇÃO FERREIRA DE MACÊDO	Doutor	ENSINO DE HISTÓRIA	Dedicação Exclusiva
SIMÉIA DE NAZARÉ LOPES	Doutor	METODOLOGIA DA PESQUISA E DO ENSINO	Dedicação Exclusiva
SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA	Doutor	ENSINO DE HISTÓRIA	Dedicação Exclusiva
WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA	Doutor	HISTÓRIA DO BRASIL	Dedicação Exclusiva
WESLEY OLIVEIRA KETTLE	Doutor	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA	Dedicação Exclusiva

8.14 TÉCNICOS

No quadro técnico administrativo disponibilizamos de um profissional (técnico administrativo) atuando na área, sendo previsto a contratação de um bolsista do Programa Bolsa Trabalho da Pro-Reitoria de Administração da UFPA.

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas amplas para regências dos cursos ofertados	Sala	50	Aula	4
Sala para serviços de secretaria do curso.	Secretaria	10	Administrativa	1
Sala dos professores, orientação dos trabalhos acadêmicos	Sala	20	Orientação acadêmica	1
Biblioteca	Sala	50	Orientação acadêmica	1
Sala de reuniões acadêmicas	Sala	20	Reunião	1
Sala ampla para aulas de Informática e pesquisa	Laboratório	50	Aula	1
Laboratório de Ensino de História para atividades de orientação, capacitação e aulas.	Laboratório	50	Orientação acadêmica	1

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Biblioteca	computador	Cedido	5	Os computadores são utilizados pelo setor administrativo da biblioteca e para consulta dos alunos e compartilhados com os demais cursos.
	mesa	Cedido	6	As mesas são utilizadas pelo setor administrativo da biblioteca e para uso dos alunos, sendo compartilhados com os demais cursos. Inclui-se também cadeiras e estantes, estas últimas para guarda do acervo bibliográfico do curso.
Sala de reuniões acadêmicas	computador	Cedido	2	Os computadores são utilizados por docentes do curso.
	mesa	Cedido	4	As mesas são utilizadas por professores e alunos do curso. Inclui-se também cadeiras e armários para guarda de documentos dos professores.
Sala dos professores, orientação dos trabalhos acadêmicos	mesa	Cedido	2	As mesas são utilizadas por professores e alunos do curso. Inclui-se também cadeiras e armários para guarda de documentos dos professores.
Sala para serviços de secretaria do curso.	computador	Cedido	2	
	mesa	Cedido	2	Além de duas mesas foram cedidos para os serviços de secretaria, quatro cadeiras, um armário e um gaveteiro, além de materiais de expedientes.
Salas amplas para regências dos cursos ofertados	mesa	Cedido	1	Mesa de uso dos professores. Acrescenta-se ainda que a sala é composta de 50 cadeiras para alunos e cadeira para professor.
	datashow	Cedido	1	Uso exclusivo do curso, o equipamento é utilizado para dinamizar as aulas.
	quadro magnético	Cedido	1	Equipamento para registros das informações e material didático de uso cotidiano dos professores.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

_____. Lei n. 9.795, 27 abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

_____. Parecer n. 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação [...] História. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

_____. Resolução nº13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de História. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

_____. Parecer nº 8, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

_____. Resolução n.2, de 27 de agosto de 2004. Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

_____. Lei n. 11. 788, 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera

a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho ? CLT. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

_____. Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

_____. Portaria n. 2.253, 18 de outubro de 2001. Portaria do MEC autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

_____. Resolução n.1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n. 3.633, de 18 de fevereiro de 2008. Regulamento do Ensino de Graduação. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão: Belém, 2008.

_____. Resolução n. 3.186, de 16 de dezembro de 2004. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa Extensão: Belém, 2004.